



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – UM LUGAR DE TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE MEDICINA VETERINÁRIA, A QUE SE REFERE O CÓDIGO DE OFERTA DA BEP Nº OE202104/0547 – PUBLICADO NA II SÉRIE DO D.R. Nº. 77 DE 21.04.2021

LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ADMITIDOS

Candidatos Admitidos
Ana Margarida de Almeida Henriques
Ana Raquel Monteiro de Carvalho
Catarina das Dores da Cunha Cerqueira
Cristina Alexandra Gomes Borralho
Eva Isabel Branquinho Moura
Helena Madeira Guerreiro
Hermínia Francisca Esteves Nunes
Inês Fernandes Machado
João Pedro Loio Fernandes de Candeias Pinto
Lúcia Maria Da Costa Gomes Rodrigues Fernandes
Maria Margarida Ferreira Antunes Formosinho Vieira
Nélio José Galrito Cebola

Não houve candidatos excluídos ao procedimento.

A notificação para aplicação dos correspondentes métodos de seleção será efetuada assim que oportuno. No que respeita à prova de conhecimentos, revestirá a forma escrita incidindo sobre conteúdos de natureza genérica e específica diretamente relacionados com as exigências das funções.

A prova terá a duração de 120 minutos, acrescida de 30 minutos de tolerância, e será realizada mediante consulta da seguinte legislação em suporte de papel, não anotada, nem comentada:

Na componente de natureza genérica, avaliada com 8 valores, serão abordados conteúdos dos seguintes diplomas legais, na sua atual redação:

- Lei nº 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP);
- Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;
- Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública;

Na componente de natureza específica, avaliada com 12 valores, serão abordados conteúdos dos seguintes diplomas legais, na sua atual redação:

- Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio — Estabelece os princípios gerais da carreira de médico veterinário municipal;
- Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro — Estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos;
- Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro — Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva;
- Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro — Regime jurídico da detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos enquanto animais de companhia;
- Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto — Procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando os maus tratos a animais de companhia, e à segunda alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, sobre proteção aos animais, alargando os direitos das associações zoófilas;
- Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto — Aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população;
- Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril — Regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, fixa as normas que regulam o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelece as normas para o controlo de animais errantes;
- Portaria n.º 264/2013, de 16 de agosto — Aprova as normas técnicas de execução regulamentar do Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses;
- Regulamento (CE) n.º 178/2002, de 28 de janeiro — Normas gerais da legislação alimentar, procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios;
- Regulamento (CE) n.º 852/2004, de 29 de abril — Estabelece regras específicas de higiene dos géneros alimentícios;
- Regulamento (CE) n.º 853/2004, de 29 de abril — Estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal;
- Regulamento (CE) n.º 1069/2009, de 21 de outubro — Subprodutos de origem animal;
- Regulamento (CE) n.º 1169/2011, de 25 de outubro — Informação aos consumidores sobre géneros alimentícios;
- Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio — Procede à primeira alteração ao Sistema da Indústria Responsável, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro — Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração;
- Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro — Competências dos órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde alimentar.

No dia marcado para as provas os candidatos deverão, obrigatoriamente, fazer-se acompanhar do respetivo documento de identificação.

Paços do Município de Alcochete, 11 de junho de 2021

Cláudia Santos (Dra.)
(Vogal efetivo)